

A APAE ENQUANTO ESPAÇO DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA AUTISTA

KEREN PASSOS DOS SANTOS¹

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

BERNARDINO GALDINO DE SENA NETO²

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

RESUMO

O presente trabalho objetiva compreender o lugar da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) enquanto espaço não formal de educação para o desenvolvimento da criança autista. Quanto à metodologia, trata-se de um estudo de caso, de abordagem qualitativa, construída e articulada por meio de uma pesquisa bibliográfica e de campo. Em relação às contribuições dos espaços educativos não formais, para articular a pesquisa, utilizamos, na construção do referencial teórico, estudos de autores como Arantes (2008), Trilla (2008), entre outros. A pesquisa de campo foi realizada mediante uma entrevista com a gestão e os pais participantes da instituição. Dessa maneira, concluímos que a instituição se caracteriza como espaço não formal de educação e as atividades pedagógicas desenvolvidas pelo núcleo de autismo têm contribuído para a complementação e suplementação da formação integral dos assistidos, auxiliando os alunos e as famílias a superar barreiras e dificuldades que o Transtorno do Espectro Autista (TEA) ocasiona.

1126

Palavras-chave: Educação não formal; Autismo; Família.

1 INTRODUÇÃO

A articulação entre a educação formal e não formal tem gerado novos ambientes educacionais, envolvendo a comunidade e esferas públicas intergovernamentais. Esse vínculo contribui para o desenvolvimento e o sucesso na área da educação, pois uma sociedade educadora abrange toda a comunidade que está em volta da escola, de modo que a ampliação do conceito de educação e o processo educacional não se restrinjam

¹ Graduanda em pedagogia na UESB campus de Jequié. E-mail: kerenpassossantos@gmail.com.

² Professor do curso de Pedagogia da UESB campus de Jequié. Doutor em educação. E-mail: bernadino.neto@uesb.edu.br

apenas à escola. Sabe-se que a formação integral do indivíduo perpassa por aspectos físicos, psicológicos, cognitivos, afetivos e sociais, e que no Brasil essa formação integral é um direito assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), no seu artigo 2º (BRASIL, 1996), e se efetiva por meio da educação.

No campo educacional existem três práticas diferentes de educação, que acontecem em ambientes diferentes, mas são complementares uma da outra: a educação formal, a educação não formal e a educação informal. Autores como Arantes (2008), Libâneo (2002, 2005) e Trilla (2008) dão ênfase a essa divisão no processo formativo, as quais estão presentes na sociedade e, de forma simultânea, contribuem para a formação integral do indivíduo.

A questão norteadora deste artigo se assenta na perspectiva de investigar se a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) se constitui enquanto *locus* de educação não formal para o desenvolvimento das crianças autistas. Desse modo, o objetivo principal é compreender o lugar da APAE enquanto espaço não formal de educação para o desenvolvimento da criança autista. Ao trilhar pelos objetivos específicos, compreenderemos a estrutura organizacional da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) localizada no bairro Jequezinho; investigar as atividades e ações pedagógicas desenvolvidas na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE); identificar o papel das famílias dentro da associação no desenvolvimento e aprendizado da criança autista.

Para responder a estes questionamentos, foi realizada uma entrevista com a gestão e os pais participantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), na qual foram utilizados dois questionários com a finalidade de investigar quem são os usuários do espaço educativo e quais são as atividades desenvolvidas pela associação. Para manter o anonimato dos participantes da pesquisa, serão assim denominados: entrevistado 1 (para a coordenação no núcleo); entrevistado 2 (para a psicopedagoga do núcleo); entrevistada 3, entrevistada 4 e entrevistada 5 (para representar as mães entrevistadas).

A escolha do tema se justifica pela experiência da autora com crianças autistas no seu estágio remunerado, no qual foi professora assistente. A autora experienciou todo o processo de diagnóstico, os desafios de aprendizagem e o suporte que era necessário para um determinado aluno, que chegou à escola aos 3 anos, ainda sem diagnóstico. Diante da dificuldade da escola e dos pais em relação à formação integral daquele

indivíduo, percebemos mudanças à medida que aquela criança passou a frequentar outros espaços de educação, com a finalidade de complementar a educação formal. A justificativa acadêmica ocorre pela necessidade de discutir a temática em âmbito científico, visibilizando a questão em um cenário mais amplo.

A justificativa social decorre da necessidade de compreender que o número de matrículas de crianças autistas têm crescido na cidade de Jequié–BA, segundo a secretaria de educação do município, e mesmo que essas crianças frequentem a escola regular é necessária uma complementação para o seu desenvolvimento. Esse atendimento pode ser realizado tanto nas salas de recursos multifuncionais da escola como em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. Nesse sentido, tem-se como objetivo complementar e suplementar a formação do indivíduo que se enquadra na educação especial. Este estudo torna-se relevante em razão dos crescentes movimentos em busca de espaços que proporcionem melhor qualidade de vida para essas pessoas, que estão em busca de superar as barreiras e dificuldades enfrentadas diante da sociedade e da escola regular.

A respeito das contribuições dos espaços educativos não escolares para articular a pesquisa, utilizamos como referencial teórico estudos dos seguintes autores: Arantes (2008), Trilla (2008), Libâneo (2005), entre outros autores também relevantes. Apoiamo-nos em autores como Nogueira (2007), Lage (1984), Mello (2007), e documentos como o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, para discorrer sobre o conceito e as características do transtorno, bem como a importância dos espaços não escolares na suplementação e complementação da formação desses indivíduos, visando seu desenvolvimento integral. Sobre o papel da família e da comunidade na educação, fundamentamos a discussão com base na legislação brasileira (BRASIL, 1996) e autores como Trilla (2008), Gadotti (2005), Oliveira (2002) e outros.

1129

2 EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

A educação não formal caracteriza-se por potencializar a formação integral do indivíduo, abrindo caminhos para uma visão mais ampla do mundo fora dos muros da escola. A educação não formal capacita para o trabalho; resolução de problemas do cotidiano; organização e luta social; leitura de mundo, bem como para a aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades (LIBÂNEO, 2005).

Para Rodrigues (2013), a educação, na condição de processo de ensino aprendizagem, acontece em diversos espaços e contextos; a educação não formal também se integra ao

processo, com característica de uma prática educativa, lúdica, cultural, política e social. Libâneo (2005, p. 73) afirma que “A educação é uma prática ligada à produção e reprodução da vida social, condição para que os indivíduos se formem para a continuidade da vida social”. Assim, pode-se afirmar que um processo de educação é um fenômeno complexo que envolve a escola, a família e a sociedade.

A popularização do termo “educação não formal” se deu por intermédio da obra *The world educational crisis* (1968) escrita por P. H Coombs. O autor promove, em sua obra, uma discussão sobre a necessidade de desenvolver meios educacionais diferentes dos já existentes nas escolas (ARANTES, 2008).

Coombs e Ahmed (1974) definiram os três campos da educação nos seguintes conceitos: a educação formal como um sistema hierarquizado e sistematizado que se inicia desde os primeiros anos da escola até a universidade; a educação não formal como “toda atividade organizada e sistemática e educativa, realizada fora do marco do sistema oficial, para facilitar determinados tipos de aprendizagem a subgrupos específicos da população, tanto adultos como infantis”; e a educação informal como “um processo que dura a vida inteira, em que as pessoas adquirem e acumulam conhecimentos, habilidades, atitudes e modos de discernimento por meio das experiências e de sua relação com o meio” (COOMBS; AHMED, 1975, p. 27).

Segundo Libâneo e Pimenta (2002), a educação não formal se refere a organizações políticas, profissionais, científicas, agências formativas para grupos sociais e culturais, em ambientes religiosos, organizações não governamentais e também em esferas privadas. As atividades desenvolvidas nesses espaços são diversificadas, sem seguir um currículo específico, tendo como papel principal ocupar o tempo livre de crianças e adolescentes. Muitos desses espaços atendem também crianças com deficiências e transtornos globais de desenvolvimento, no intuito de potencializar e complementar seu aprendizado. Arantes (2008) assim defende:

Educação não-formal é um conjunto de processos, meios e instituições específicas e diferenciadamente concebidos em função de objetivos explícitos de formação ou instrução não diretamente voltados à outorga dos graus próprios do sistema educacional regrado (ARANTES, 2008).

Os efeitos da educação não são resultados de acumulação de conteúdos ou a soma de diferentes experiências, mas sim uma junção desses saberes – as implicações se dão nas

interações funcionais das ações produzidas nos diversos ambientes educacionais. As educações formal, não formal e informal estão funcionalmente relacionadas, mesmo que não estejam ligadas explicitamente (ARANTES, 2008). Assim, simultaneamente elas contribuem para a formação integral do indivíduo, preparando-o para a vida, para o trabalho e para a convivência social, de forma íntegra e independente.

A educação não formal não substitui a educação formal (da escola), pois o seu papel formador é o de complementar os conteúdos curriculares da educação formal, bem como potencializar habilidades singulares de cada indivíduo; a criatividade; as habilidades corporais, técnicas e manuais, permitindo que o mesmo se desenvolva em diversos âmbitos e aspectos da vida social.

Os espaços de educação não formal surgiram inicialmente no final do século XX, para atender às necessidades de uma sociedade que passava por mudanças na estrutura social e econômica, a fim de ocupar o tempo de crianças cujas mães passaram a trabalhar fora de casa. Com o passar do tempo esses espaços não escolares moveram-se para ser também espaços de empoderamento e luta social por inclusão (FERREIRA; SIRINO; MOTA, 2020).

Portanto, por meio de ações específicas, esses espaços não formais passaram a colaborar para o desenvolvimento desses sujeitos, sendo ambientes de acesso restrito ao atendimento de pessoas cegas, surdas, deficientes físicos ou com transtornos globais do desenvolvimento. Vinculavam-se, ainda, a instituições escolares; órgãos públicos; institutos; centros especializados; e também de origens independentes, como Organizações não governamentais, grupos e projetos sociais, entre outros (GADOTTI, 2005).

Os espaços não formais com atendimento especializado tornaram-se muito importantes para a prática da inclusão e a suplementação do aprendizado de crianças autistas. Com base nos estudos de Dourado, “entendemos que a maior contribuição deverá ser no sentido de tentar perceber o portador de Autismo, inserido numa coletividade” (DOURADO, 1996, p. 99).

Logo, os espaços não formais contribuem para a formação integral do indivíduo, pois a escola regular nem sempre consegue abranger todos os aspectos e singularidades da vida cotidiana de cada aluno, além disso, as crianças com deficiência ou/e transtornos globais do desenvolvimento tendem a ter mais dificuldade para acompanhar o ritmo escolar regular e de seus colegas. Dessa forma, os espaços não escolares com atendimento especializado proporcionam a estas crianças uma suplementação para superar as barreiras cotidianas.

2.1 Conceito e características do autismo

Os primeiros estudos sobre o autismo foram realizados pelo psiquiatra Leo Kanner. Em 1943 Kanner publicou um artigo caracterizando o autismo e diferenciando-o das psicoses infantis. O autismo, também denominado como Transtorno do Espectro Autista (TEA), é descrito como uma síndrome caracterizada por uma série de sintomas. Nesse estudo, Kanner elaborou um quadro com características clássicas do autismo, as quais, atualmente, são pilares para o diagnóstico, são elas: deficiência no desenvolvimento da fala, na interação social e movimentos repetidos estereotipados (NOGUEIRA, 2007).

No ano de 1944, na mesma época de Kanner, o médico austríaco Asperger publicou um artigo que descreve crianças com sintomas muito parecidos com aqueles indicados por Kanner. Atribui-se tanto para Kanner quanto para Asperger a identificação do autismo. Na concepção de Kanner, “se o esquizofrênico se retira do mundo, a criança autista, por sua vez, nunca conseguiu penetrar nele” (LAGE, 1984).

Outros estudiosos sobre o assunto, como Christopher Gillberg (1990) e Baron-Cohen e Frith (1988), classificam o autismo como síndrome comportamental e distúrbio de desenvolvimento, causado por um déficit cognitivo relacionado às capacidades de representações tanto do eu quanto do outro.

Conforme Suplino (2005), o autismo é um distúrbio neurológico que se manifesta antes dos dois anos, sendo mais comum em crianças do sexo masculino. As crianças autistas têm dificuldade em se relacionar com o outro, apresentam baixo ou nenhum contato visual mesmo com pessoas próximas (pais e familiares). Presos à rotina, seu desenvolvimento é mais lento se comparado às outras crianças, tendo dificuldade na comunicação e interação social.

As características nem sempre atingem todos os autistas ou, muitas vezes, algumas características são mais marcantes que outras, cada indivíduo autista tem suas peculiaridades, mas sempre apresentam algumas das observadas por Kanner (1949 *apud* LAGE, 1984), quais sejam: isolamento, distúrbios da linguagem, do pensamento, motores e psicomotores, afetivos, na percepção do ambiente e distúrbios psicossomáticos ou instintuais. Mello (2007) salienta que a criança autista:

Usa as pessoas como ferramenta, resiste a mudança de rotina, não se mistura com as outras crianças, não mantém contato visual, age como se fosse surdo, resiste ao aprendizado, apresenta apego não apropriado a objetos, não demonstra medo de

perigos, gira objetos de maneira bizarra e peculiar, apresenta risos e movimentos não apropriados, resiste ao contato físico, acentuada hiperatividade física, às vezes é agressivo e destrutivo, apresenta modo e comportamento indiferente e arredo (MELLO, 2007, p. 72).

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais-DSM-5, da American Psychiatric Association (2014), descreve que o autismo é classificado em três graus: leve, moderado e grave, uma vez que esses sintomas podem aparecer mais intensos ou mais suaves, e conforme com a intensidade desses traços na criança que o diagnóstico do TEA é definido. O DSM-5, também aponta para questões diagnósticas relativas à cultura:

Haverá diferenças culturais nas normas de interação social, comunicação não verbal e relacionamentos. Indivíduos com transtorno do espectro autista, entretanto, apresentam prejuízos marcados em relação aos padrões de seu contexto cultural. Fatores culturais e socioeconômicos podem influenciar a idade de identificação ou de diagnóstico; por exemplo, nos Estados Unidos, pode ocorrer diagnóstico tardio ou sub diagnóstico de transtorno do espectro autista entre crianças afro-americanas (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, p. 57).

O diagnóstico correto e no tempo certo faz com que essas crianças tenham maior desempenho no seu desenvolvimento, ao favorecer o ingresso em terapias e o acompanhamento específico para suas necessidades. Algumas dessas características podem ser facilmente notadas pela família e pela escola ainda na primeira infância, a observação e investigação são caminhos para evitar um diagnóstico tardio.

Atualmente o número de diagnósticos vem crescendo e sendo cada vez mais precoce, como também cresce os estudos sobre o transtorno, tanto na área da saúde como na de educação. Assim, tem-se descoberto mais sobre o transtorno, e isso implica na criação de políticas públicas que beneficiam diretamente o público autista e suas famílias, as quais promovam melhoria na qualidade de vida desses sujeitos. No Brasil, as pessoas autistas têm direitos que visam beneficiar sua vivência social, assim como os direitos educacionais, na garantia de promover desenvolvimento e aprendizado. A LDB assegura no Art. 4º, inciso III, assistência dentro na escola através do:

Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1996, p. 8).

O Atendimento Educacional Especializado busca “prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular”; “garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular”; como também “fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos” (BRASIL, 2008), com o propósito de eliminar as barreiras no processo de ensino e aprendizagem, assegurando, assim, condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino. O Decreto n.º 6.571, de 17 de setembro de 2008, define o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como um:

Conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular. O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas (BRASIL, 2008).

Em suas diretrizes operacionais da educação especial para o atendimento educacional especializado na educação básica, o Ministério da educação (MEC) define que os centros de atendimento educacional especializado, públicos ou privados, devem cumprir as normas estabelecidas pelo conselho de educação do respectivo sistema de ensino, tendo em seu projeto pedagógico e na sua organização, os recursos, o plano de AEE, os professores e demais profissionais, conforme orientação da Secretaria de Educação (BRASIL, 2008).

1134

Em 2012 foi sancionada a Lei n.º 12.764, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Nela constam direitos como: moradia; saúde; atendimento multifuncional; medicamentos; mercado de trabalho; informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento (BRASIL, 2012).

Essas políticas permitem à pessoa autista ter produtividade em seu desenvolvimento, pois, as mesmas dão ferramentas que possibilitam a superação de certos desafios, eliminando, dessa maneira, as barreiras que fomentam a exclusão dentro e fora da educação. O Atendimento educacional especializado potencializa e complementa o ensino ministrado nas escolas regulares, além de fortalecer as habilidades dos alunos segundo suas necessidades e diferenças. Assim, o aluno autista tem a garantia de acompanhamento pedagógico e desenvolvimento intelectual.

2.2 Papel da família e da comunidade na educação

O surgimento da educação não formal ocorreu pelas mudanças nas estruturas familiares de classe alta, causadas pelas novas relações de trabalho, assim como pelo fato das crianças e jovens não terem espaço seguro para desenvolverem a socialização no mundo moderno e suas transformações. Devido ao ingresso das mulheres nos trabalhos fora de casa, houve a urgência de um espaço seguro que preenchesse o tempo livre das crianças (TRILLA, 2008).

O movimento cidades educadoras contribuiu bastante para o crescimento e promoção dos espaços não escolares organizados pela sociedade e seus moradores. Em 1990 iniciou-se o I Congresso Internacional de Cidades Educadoras, realizado em Barcelona, na Espanha; este movimento, atrelado à pedagogia social, gerou espaço para discussões a respeito da contribuição da sociedade para a educação (TRILLA, 2008).

Neste contexto, no Brasil se desenvolveu o conceito de Escola Cidadã, criado pelo instituto Paulo Freire, na cidade de São Paulo. Este movimento considera as cidades um ambiente cultural e educacional, tendo a educação como um elemento norteador das políticas da cidade. Nessa perspectiva, a participação sociopolítica das mesmas ganha espaço, pois o movimento compreende que o processo educativo é permanente e pode ser potencializado através das cidades pela intencionalidade educativa dos diferentes aspectos da sua organização. Dessa forma, as cidades contribuem para a educação em espaços não formais mediante políticas públicas, apoio a ONGs, entre outros investimentos (GADOTTI, 2005).

No tocante à legislação, o artigo 1º da LDB afirma que a educação envolve os processos formativos que se desenvolvem no contexto familiar, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, em movimentos sociais, organizações da sociedade civil, como também nas manifestações culturais (BRASIL, 1996). A educação não formal acontece nesses espaços de lazer e cultura, através da família e da sociedade, por meio de instituições não governamentais, igrejas, praças, abrigos, clínicas, centros culturais, museus, cinema, teatro, entre tantos outros.

Em se tratando da participação da família no processo de desenvolvimento do ser humano, um dos papéis essenciais é a socialização do indivíduo, ensinando a língua materna, os símbolos, a cultura, as regras de convivência (CHRISTENSON; ANDERSON, 2002).

Quando a família mantém uma boa relação com a escola, e se envolve com o aprendizado e desenvolvimento da criança, os resultados são maximizados. Os pais e professores precisam estar aliados na busca de estratégias conjuntas e específicas ao seu papel

(LEITE; TASSONI, 2002), principalmente quando o aluno precisa de um suporte maior nas tarefas.

Crianças com autismo têm dificuldade na linguagem e na interação social, tornando o papel educacional da família ainda mais desafiador. Oliveira (2002) aborda a relação família-escola por meio de duas perspectivas, sociológica e psicológica. Na perspectiva sociológica destaca-se o caráter socializador desta relação e as diferenças culturais e sociais. Já a perspectiva psicológica refere-se às relações vividas em família e as implicações no processo escolar.

Desse modo, o ambiente familiar é o primeiro ambiente educacional onde o indivíduo é inserido. Através da família a criança aprende a dar os primeiros passos, falar as primeiras palavras, cuidar do corpo e realizar as ações básicas do cotidiano. A família é a primeira a observar se a criança tem tido dificuldades para tais atividades e se há atraso em seu desenvolvimento. Dessa forma, entende-se que o ambiente familiar faz parte do processo educacional do indivíduo, e que é papel da família educar, cuidar e estar atenta ao desenvolvimento da criança, notando suas peculiaridades e dificuldades.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DO RESULTADOS

Esta seção tem por finalidade analisar e discutir os resultados coletados durante a entrevista feita no núcleo autismo da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE-Jequié). Os dados foram obtidos por meio de uma entrevista que a pesquisadora elaborou com o intuito de responder aos objetivos que nortearam a pesquisa. Entre as entrevistadas estavam a coordenadora do núcleo, a psicopedagoga, que faz os atendimentos pedagógicos do núcleo, e três mães representando as famílias dos alunos matriculados na instituição.

4.1 APAE-Jequié: história da associação

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) foi criada por Beatrice Bemis, no dia 11 de dezembro de 1954, no estado do Rio de Janeiro. Beatrice era americana, mãe de uma pessoa com síndrome de Down. Ao lado de seu marido e um grupo de pais, amigos, professores e profissionais da saúde, Beatrice fundou uma entidade que ajuda pessoas

com deficiência, tornando-se, hoje, uma das maiores organizações filantrópicas do país (JANNUZZI; CAIADO, 2013).

Caracterizada como uma organização da sociedade civil, um dos objetivos da APAE é promover o bem-estar e o ajustamento social, atendendo principalmente pessoas com deficiência intelectual de todas as idades e etapas de sua vida. A organização se expandiu pelo Brasil, sendo necessária a criação de um órgão com atuação nacional – assim surgiu, em 1962, a Federação Nacional das APAEs (JANNUZZI; CAIADO, 2013).

Atualmente as APAEs de todo Brasil tem como uma de suas finalidades a promoção e articulação de ações que defendam e priorizem os direitos da pessoa com deficiência, prestando serviços de orientação e prevenção às famílias, dando-lhes apoio e direcionamento. Em Jequié a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais foi criada no dia 20 de setembro de 1979. Fundada visando defender as causas referentes aos direitos constitucionais dos deficientes e, principalmente, de prestar todo o tipo de assistência social, cultural, terapêutica e educacional às pessoas com deficiência (Entrevistada 1).

No dia 3 de março de 2023 a APAE-Jequié inaugurou um núcleo para atender especialmente pessoas autistas, com a presença de Moana Meira, superintendente da APAE-Jequié e diretora social das APAEs da Bahia. O Núcleo Autismo está localizado no bairro Jequezinho e conta com salas adaptadas para o atendimento específico de pessoas com TEA. No núcleo também tem um refeitório, sala multidisciplinar, parquinho, profissionais da área da saúde e da educação, como também colaboradores nos serviços gerais (RAMOS, 2023).

Baseando-nos nas informações da entrevista com a coordenação da associação do núcleo autismo, constatamos que a APAE-Jequié é sustentada por doações de empresas associadas, emendas governamentais e parcerias entre prefeituras e estado. As prefeituras filiadas contribuem enviando profissionais, merenda e transportes, assim também, sua população recebe os atendimentos oferecidos pela APAE-Jequié. A prefeitura de Jequié contribui com uma verba apenas para os alunos residentes do município matriculados na escola regular.

Segundo a entrevistada 1, o Núcleo Autismo conta com atendimento pedagógico juntamente com os profissionais da saúde. Com relação ao atendimento na área de saúde, a associação oferta aos matriculados o atendimento fonoaudiólogo; atendimento psicológico;

atendimento de fisioterapia; atendimento pediátrico; atendimento biomédico; e atendimento neuropsicológico. O espaço conta com três salas pedagógicas de atendimento individualizado. Uma das salas é exclusiva para atendimento psicopedagógico, na qual o profissional trabalha a estimulação sensorial e motora precoce, com crianças de 3 e 4 anos. Hoje, 374 alunos estão matriculados no núcleo, o qual atende crianças e adolescentes. Cada um dos matriculados possui seu Plano Educacional Individualizado (PEI)³ e é atendido conforme as suas necessidades.

A entrevistada 1 informou que o polo é composto por vinte e dois profissionais, são eles: diretor, coordenador, professores, profissionais de apoio, psicólogo, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, serviços gerais, cozinheira, recepcionista e monitor de ônibus. Esses profissionais são pagos pelo Estado, municípios e empresa terceirizada. O núcleo também conta com a ajuda de pais e voluntários, a gestão da associação é democrática e há também na gestão alguns pais associados.

Ainda segundo informações da entrevistada 1, as cidades assistidas pela APAE-Jequié são: Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Brejões, Contendas do Sincorá, Dário Meira, Ipiaú, Irajuba, Iramaia, Itagi, Itagibá, Itiruçu, Jaguaquara, Jitaúna, Lafaiete Coutinho, Lajedo do Tabocal, Manoel vitorino, Maracás, Nova Itarana, Santa Inês, Jequié e alguns de seus distritos. No total são assistidos 374 estudantes no núcleo de autismo.

4.2 APAE Núcleo Autismo: ações pedagógicas desenvolvidas pelo núcleo e a participação das famílias

Com base nas informações fornecidas pela entrevistada 2 (psicopedagoga) e pelas entrevistadas 3, 4 e 5 (mães), neste tópico discutiremos sobre as ações pedagógicas desenvolvidas no Núcleo Autismo da APAE-Jequié (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) para os associados e para os pais e responsáveis.

Os atendimentos pedagógicos dos assistidos pelo núcleo são voltados para a alfabetização e estímulo sensorial precoce.⁴ Para que as habilidades sensorio motoras se desenvolvam são utilizados nos atendimentos materiais visuais (fotos, figuras, cartões),

³ O Plano Educacional Individualizado (PEI) é um instrumento para o planejamento de metas e inclusão da pessoa com autismo, e seu objetivo é garantir o aprendizado do aluno, considerando suas necessidades e dificuldades

⁴ A estimulação precoce é um programa de acompanhamento e intervenção multidisciplinar em bebês e crianças pequenas que possuam condições de saúde que impactem negativamente no desenvolvimento neuropsicomotor.

estímulos corporais (apontar, gestos, movimentos corporais) e estímulos áudio sinestésico visuais (som, palavra, movimentos associados às fotos), a fim de contribuir para o desenvolvimento da comunicação, seja ela língua oral ou comunicação alternativa. Também são desenvolvidas atividades de dança, aula de capoeira, e educação física durante os atendimentos semanais, afirma a entrevistada 2.

O núcleo conta com três salas pedagógicas, cada sala tem um funcionamento diferente, tanto no tempo de atendimento como também na dinâmica e na didática de ensino. Enquanto duas delas trabalham com o foco no coletivo e a socialização, a outra tem o enfoque individual. As salas são divididas por níveis de desenvolvimento, logo, assim que a criança desenvolve tal habilidade ela é encaminhada para a próxima etapa.

A sala 1 trabalha com os indivíduos coletivamente, de modo que o professor divide a atenção com todos os alunos, com ajuda de assistente e voluntários. O foco maior é trabalhar a socialização dos envolvidos, dando orientações e proporcionando atividades em grupos. No dia do atendimento os alunos passam o turno de quatro horas, com um intervalo, assim como na escola comum. Nesse sentido,

O foco maior dela [da sala] é trabalho em grupo, são alunos que fazem uso de cadeiras e mesas, alunos que têm questões cognitivas que já foram sanadas e que conseguem trabalhar tanto em grupo como em dupla, conseguem seguir comandos, orientações e que não precisam de uma mediação tão próxima (Entrevistada 2, 2023).

Sobre essa questão, segundo Hans-Uwe Otto (2011), toda relação social é uma relação pedagógica, pois a interação entre diferentes sujeitos resulta em uma aprendizagem significativa. Para indivíduos autistas essa interação é desafiadora, e o núcleo trabalha na intenção de ajudá-los a superar essas barreiras de interação e comunicação. A interação que a APAE proporciona aos diferentes sujeitos permite uma aprendizagem significativa, a qual se dá no campo da convivência.

Durante a entrevista, uma afirmação de uma mãe chamou a atenção para os resultados desta atividade desenvolvida pela associação. A entrevistada 4 frequenta a APAE-Jequié juntamente com seu filho há 5 anos e, ao observar o desenvolvimento de outras crianças e adolescentes, concluiu que a associação ajuda esses indivíduos a superar as barreiras da comunicação e socialização.

Eu tenho um primo com Síndrome de Down que mora na zona rural e eu percebo a dificuldade que ele tem para interagir e a diferença dele para outros assistidos que conheço com síndrome de Down aqui da APAE. Quando comecei a trazer o meu filho percebi que eles podem fazer tudo, eles não têm limitação. O limite é naquele momento, mas a partir do instante em que é trabalhado eles começam a ultrapassar esses limites e começa a ter superações (Entrevistada 4, 2023).

Essa observação da entrevistada 4 foi possível porque antes da inauguração de um núcleo exclusivo para o público autista os matriculados recebiam atendimento na APAE-Jequié sede, que fica no bairro do mandacaru. Na sede, a associação recebe indivíduos com todo tipo de transtorno global de desenvolvimento e deficiência intelectual. Foi na sede da associação que a entrevistada 4 iniciou os atendimentos do filho, tendo contato com outros assistidos.

Sobre a segunda sala pedagógica, nela o trabalho pedagógico ocorre mediante a um atendimento mais individualizado e, algumas vezes, também em dupla. Diferente da primeira, os alunos não permanecem durante o turno inteiro, os turnos matutino e vespertino são divididos em dois horários, tendo, dessa maneira, 4 turmas por dia de atendimento. A cada turno duas turmas são atendidas. Ambas as salas de atendimento pedagógico funcionam seguindo esse modelo, baseando-se em uma ficha de planejamento individualizado e seguindo também um planejamento mensal e quinzenal, o qual é feito conforme as metas que cada aluno precisa alcançar.

Em alguns casos o atendimento é feito com a presença de algum profissional da saúde, além do professor (psicopedagogo) – são chamados de atendimentos multidisciplinares, os quais são realizados em parceria com outro profissional na área da saúde, como psicólogos. Esses atendimentos são realizados individualmente, em dupla ou em grupo, fazendo essa estimulação no ambiente de convívio do aluno, a qual é a sala de estimulação pedagógica.

Quanto à terceira sala pedagógica, nela é realizado o atendimento psicopedagógico, no qual os alunos são atendidos individualmente e os turnos são divididos pelo horário de atendimento, cada assistido tem de 60 a 70 minutos para o atendimento. Nela são atendidas crianças na faixa etária de três e quatro anos, que recebem uma estimulação precoce, conforme discorreu a entrevistada 2:

O nosso trabalho lá, no caso na minha sala, é justamente fornecer essa base para que o aluno, para que ele consiga alcançar, a partir desses pré-requisitos, todas as outras habilidades. Eu trabalho com conceitos iniciais e evoluo para áreas necessárias de acordo a cada um. Vamos supor o aluno que não consegue sentar, não consegue

estabelecer contato visual, não consegue obedecer comando ou não consegue apontar. Então trabalho todas essas questões, para que futuramente eu consiga trabalhar as vogais, cores, coordenação motora. Trabalho tanto a parte inicial como também a parte média seguindo para a própria alfabetização (Entrevistada 2, 2023).

Gadotti (2005) destaca que o espaço da escola é marcado pela formalidade, regularidade e sequencialidade. No entanto, a cidade, o cenário da educação não formal, é marcado pela descontinuidade, eventualidade e informalidade, logo a educação não formal tem essas características. O trabalho pedagógico desenvolvido no núcleo autismo é organizado e sistemático, as atividades pedagógicas são direcionadas tendo objetivos e metas, porém acontece em múltiplos espaços e com flexibilidade de horário, assim como Gadotti (2005) define uma educação não formal.

Em relação às atividades pedagógicas que envolvem as famílias, o núcleo conta com o projeto “Cuidando de quem cuida”. Por meio desse projeto os pais recebem instruções sobre as dificuldades e necessidades dos seus filhos e são convidados a aprender como estimular seus filhos em casa, através das oficinas e palestras, com o intuito de aprenderem a desenvolver atividades e jogos que facilitem o aprendizado das crianças e adolescentes.

A associação também instrui os pais e responsáveis por meio de seminários, para que assim possam conhecer mais sobre o transtorno e estejam bem informados a respeito de novas pesquisas e descobertas sobre o transtorno do espectro autista (TEA). As oficinas ministradas pelo núcleo ensinam como preparar material pedagógico e terapêutico, com o foco principal na vida cotidiana, estimulando a independência de seus filhos nas atividades do dia a dia.

O profissional primeiro vai ensinar o porquê daquele comportamento, as necessidades, ampliar a visão do pai ou responsável, para que eles entendam que o ambiente de casa é muito estimulador [...] o brinquedo é bom para criança, mas posso potencializar outras coisas dentro de casa e construir jogos, e é com essa visão que surgiu essas oficinas (Entrevistada 2, 2023).

O compromisso essencial dos pais na educação dos filhos é desenvolver na criança o seu papel social, educar moralmente, ensinar valores e crenças, a chamada educação primária (OLIVEIRA, 2002). No Núcleo os pais são orientados a como realizar essa tarefa com seus filhos autistas, entender como seus filhos aprendem e quais as estratégias precisam utilizar para que eles exerçam seu papel de cidadão, visto que a forma e o tempo de aprendizado dessas crianças são diferentes das demais crianças.

Gadotti (2005) defende que o conhecimento serve para conhecermos melhor a nós mesmos e ao mundo, adquirindo, assim, habilidades e competências para a vida no mundo do trabalho; no mundo social, político e econômico. Através do conhecimento compartilhado pela associação sobre o TEA, por exemplo, a APAE-Jequié exerce seu papel de espaço não formal, propagando conhecimento aos pais e responsáveis, como também a toda comunidade. Os pais que frequentam o espaço passam a conhecer melhor esse transtorno, aprendem quais caminhos seguir para o pleno desenvolvimento de seus filhos e compreendem os direitos e privilégios que seus filhos obtêm diante da sociedade, como também seus direitos educacionais, de modo que eles superem barreiras e obstáculos, a fim de se desenvolverem e se tornarem independentes.

Ainda sobre o “Cuidando de quem cuida”, vale ressaltar que o projeto que norteia as ações do núcleo oferece aos pais e aos assistidos atendimentos, cursos e atividades. Os envolvidos se beneficiam com atendimento biomédico, oficinas de artesanato, curso de maquiagem, palestras, eventos temáticos, seminários e atendimento psicológico para os pais. Sobre o atendimento psicológico aos pais e responsáveis, eles acontecem nos dias de sexta-feira pela manhã. Cerca de 60 pessoas recebem o atendimento em grupo, contudo esse atendimento pode se estender para tratamentos individuais, em alguns casos específicos. Isso acontece quando os profissionais no núcleo encaminham o respectivo pai/mãe para o tratamento psicoterapêutico na sede da APAE-Jequié.

o “Cuidando de quem cuida” tem várias atividades, então tem atividades para os pais; atendimento psicológico em grupo para os pais responsáveis; é também colocado à disposição atendimento com a biomédica para os alunos para os assistidos dentro de uma grade de horários são feitas também atividades de dança; de almoço; de terapia; tudo que envolve a família está dentro do “Cuidando de quem cuida” (Entrevistada 2, 2023).

Projetos como este proporcionam à comunidade bem-estar e mais qualidade de vida, por ser possível perceber que as atividades pedagógicas desenvolvidas pelo núcleo vão além do transtorno do espectro autista, os pais não recebem informações apenas sobre a condição de seus filhos. A associação também cuida e trabalha para a emancipação desses pais, através de oficinas, cursos e cuidados com a saúde. Seguem alguns relatos de pais que participam do projeto e frequentam o núcleo autismo:

Já tem uns 5 anos mais ou menos que meu filho é assistido pela APAE. Antes ele não andava. Tudo que ele é hoje eu devo mais a APAE. Agora mesmo a gente conseguiu aqui no núcleo uma biomédica, que vem dia de sexta-feira, e a partir desse contato ele já começou a aprender duas palavras. O que para muita gente é pouco né? Mas para as mães, e para eles mesmo, é um grande avanço (Entrevistada 4, 2023).

A APAE é meu porto seguro, tudo que consegui para ele foi através daqui. Eu não tenho condições de pagar, nem com o benefício dele daria para pagar, são muitos profissionais caros, fisioterapeuta, neuro psicopedagoga e psicóloga (Entrevistada 5, 2023).

As cidades podem ser intencionalmente educadoras, a partir de espaços não formais. Dessa maneira, o núcleo de autismo da APAE-Jequié exerce esse papel formador, o qual proporciona aos habitantes da cidade e aos associados conhecimento e informação. O manifesto das cidades educadoras, aprovado em Barcelona em 1990 e revisto em Bolonha em 1994, afirma que “A cidade oferecerá aos pais uma formação que lhes permita ajudar seus filhos a crescer e utilizar a cidade num espírito de respeito mútuo” (Bolonha, 1994). Assim, os habitantes da cidade têm direitos de refletir e participar de programas educativos e culturais, como também participar da criação dos mesmos (GADOTTI, 2005).

Quando questionadas sobre o envolvimento e o acompanhamento da família em relação à escola e o desenvolvimento dessas crianças, as mães entrevistadas relataram que elas se interessam pela vida escolar das crianças e acompanham as atividades, e estão em constante contato com os professores. Mas somente uma, a entrevistada 4, relatou que seu filho tem cuidadora e as atividades são adaptadas. Também foi questionado sobre como a família recebeu o diagnóstico do TEA e quais foram os primeiros passos tomados pela família. Todas as mães relataram que já esperavam o diagnóstico, e que ele foi bem aceito por elas, porém dentro da própria família houve preconceitos e dificuldade na aceitação.

As mães entrevistadas, por coincidência, já eram mães de filhos não atípicos, portanto perceberam muito cedo em seus filhos autistas traços diferentes de um desenvolvimento normal. A entrevistada 3 relatou que mesmo percebendo traços de autismo em sua filha ainda bebê, devido a não aceitação do seu marido ela demorou para buscar o diagnóstico, principalmente porque ela tem uma menina autista e os traços do autismo em meninas são mais difíceis de observar. Há mães, caso da entrevistada 5, que têm filhos autistas com alguma outra comorbidade, no caso dessa entrevistada seu filho possui também a paralisia cerebral, e encontrou na associação todo apoio profissional que seu filho precisa.

Dessa maneira, é possível perceber o quanto a APAE-Jequié tem contribuído para o desenvolvimento das crianças autistas através do núcleo. A associação proporciona aos pais e assistidos educação, saúde e lazer por meio de seus projetos, além de colaborar para a comunidade ter consciência sobre seus direitos e deveres e para o exercício da democracia. A associação tem procurado atender as necessidades e demandas da cidade de Jequié e região quanto ao TEA e a inauguração desse núcleo trouxe profissionais especializados no transtorno. Ademais, tem cuidado também da saúde mental dos pais que acompanham a rotina de atendimentos dos seus filhos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que concerne aos objetivos da pesquisa, ou seja, compreender o lugar da APAE enquanto espaço não formal de educação para o desenvolvimento da criança autista, bem como sua estrutura organizacional e as ações pedagógicas desenvolvidas, concluímos que a APAE se organiza através de parcerias e doações, sem fins lucrativos, tendo como desígnio principal promover às pessoas com deficiência intelectual e suas famílias bem-estar, conscientização e ajustamento social. Busca-se, assim, promover ações que defendam e priorizem os direitos dos assistidos, proporcionando-lhes integração e adaptação à sociedade.

1144

Em Jequié a Associação de pais e amigos dos excepcionais (APAE-Jequié) objetiva também a assistência social, cultural, terapêutica e educacional a essas pessoas. O núcleo autismo foi desenvolvido pela sede na intenção de atender uma demanda existente no município. Um lugar de acolhimento e atendimento somente para crianças e adolescentes autistas, atendendo, atualmente, 374 alunos, o qual oferece cultura, lazer, saúde e educação aos pais e assistidos.

As atividades pedagógicas desenvolvidas pelo núcleo, os atendimentos pedagógicos e psicopedagógicos, contribuem para estimular e complementar a formação social e educacional dos assistidos. Impulsiona, portanto, os alunos na superação das barreiras e dificuldades de interação e socialização, as quais são pontos desafiantes para a pessoa com TEA que tenha dificuldades na fala, na comunicação e, por consequência, na interação social.

Esta pesquisa também objetivou identificar o papel das famílias dentro da associação; nesse aspecto, verificamos que a associação contribui apontando caminhos que auxiliam os

pais a conhecerem e aprenderem como ensinar seus filhos a superar pequenas barreiras na realização de tarefas do cotidiano. Além de promover a esses pais o autoconhecimento e autocuidado através de palestras, seminários e oficinas. Dessa forma, o papel desses pais é dar apoio e qualidade de vida aos seus filhos, sendo os responsáveis por procurar o atendimento correto, auxiliar e garantir que seus filhos não falem ao atendimento, como também dar continuidade à rotina de aprendizado em casa. Logo, a parceria destes pais é fundamental para que o processo de aprendizado tenha resultados significativos e para que os direitos dessas crianças não sejam negligenciados.

Salientamos que esta pesquisa não esgota a temática, ao haver muitos pontos que podem ser aprofundados e examinados. Dessa forma, cumprindo com os objetivos, este artigo tem como finalidade contribuir para a continuação de futuras pesquisas, porquanto novos conhecimentos são produzidos/adquiridos a cada nova investigação.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais** [recurso eletrônico]: DSM-5. Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento et al.; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli et al. 5. ed. Dados eletrônicos. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: <http://www.niip.com.br/wpcontent/uploads/2018/06/Manual-Diagnostico-e-Estatistico-de-Transtornos-MentaisDSM-5-1-pdf.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2023.

1145

ARANTES, Valéria Amorim. **Educação formal e não-formal: Pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2008.

BARON-COHEN, Simon. Déficits sociais e pragmáticos no autismo: cognitivos ou afetivos? **Journal of Autism and Developmental Disorder**, v. 18, n. 3, p. 379-402, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9394/96**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. **Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008**. Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na educação básica. Ministério da Educação. Brasília: 2008.

BRASIL, **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, Brasília: Imprensa Oficial, 2012

CHRISTENSON, Sandra L.; ANDERSON, Amy R. Commentary: The centrality of the learning context for students' academic enabler skills. **School Psychology Review**, 31, p. 378-393, 2002.

COOMBS, Philip H.; AHMED, Manzoor. **Attacking rural poverty**: how non-formal education can help. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1974.

COOMBS, Philip H.; AHMED, Manzoor. **La Lucha Contra la Pobreza Rural**. El Aporte de la Educación no Formal. Madrid: Editorial Tecnos, 1975.

DOURADO, Fátima. **Amigos da Diferença** – Uma abordagem relacional do Autismo. Fortaleza: Inesp, 1996.

FERREIRA, Arthur Vianna; SIRINO, Marcio Bernardino; MOTA, Patricia Flavia. Para além da significação ‘formal’, ‘não formal’ e ‘informal’ na educação brasileira. **Interfaces científicas**. V. 8, N. 3, Publicação Contínua – 2020.

FRITH, Uta. Autismo: possíveis pistas para a patologia subjacente. Fatos psicológicos. In: WING, Lorna. **Aspectos do autismo**: pesquisa biológica. Londres: Gaskel Eds. & Royal College of Psychiatrists & The National. Sociedade Autista, 1988.

GADOTTI, Moacir. A questão da educação formal/não-formal. **Seminário direito à educação: solução para todos os problemas ou problemas sem solução?** Institut international des droits de l’enfant (ide), Suíça, 2005.

GIL, Antônio Carlos, 1946. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GILLBERG, Christopher. Autismo e transtornos invasivos do desenvolvimento. **Jornal de psicologia infantil e psiquiatria**, 31, p. 99-119, 1990.

JANNUZZI, Gilberta de Martinho; CAIADO, Katia Regina Moreno. **APAE**: 1954 – 2011 algumas reflexões. Campinas/SP: Autores Associados, 2013. (Coleção educação contemporânea), 72p.

LAGE, Ana Maria Vieira. **Autismo Infantil**: Revisão Bibliográfica. Fortaleza: 1984.

LEITE, Sérgio Antonio S.; TASSONI, Elvira Christina M. A afetividade em sala de aula: condições do ensino e a mediação do professor. In: AZZI, Roberta G.; SADALLA, Ana Maria F. A. (Orgs.). **Psicologia e formação docente: desafios e conversas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 113-142.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos para quê?** 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos; PIMENTA, Selma Garrido. Formação dos profissionais da educação: visão crítica e perspectivas de mudança. In: PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Pedagogia e pedagogos**: caminhos e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2002.

MELLO, Ana Maria S. Ros de. **Autismo**: guia prático. 5. ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NOGUEIRA, Tânia. Um novo olhar sobre o mundo oculto do autismo. **Revista Época**. São Paulo: Editora Globo, nº 473, p. 76-85. Junho, 2007.

OLIVEIRA, Lelia de Cassia Faleiros. **Escola e família numa rede de (des) encontros: um estudo das representações de pais e professores**. São Paulo, SP: Ed e Livraria Universitária, 2002.

OTTO, Hans-Uwe. Origens da pedagogia social. In: MOURA, Rogério; SILVA, Roberto da; SOUSA NETO, João Clemente de (Org). **Pedagogia social**. V. 1. São Paulo: Expressão e Arte, 2011.

RAMOS, Edher. Núcleo de autismo da Apae de Jequié é inaugurado oficialmente. **Jequié News**, Jequié, 04, Abril de 2023. Disponível em: <https://www.jequienews.com/noticia/nucleo-de-autismo-da-apae-de-jequie-e-inaugurado-oficialmente>. Acesso em: 15 set. 2023.

RODRIGUES, Olira Saraiva. **Políticas Públicas Educacionais de Espaços Não Formais de educação**. 2013. Disponível em: <https://portaleducacao.anapolis.go.gov.br/revistaanapolis/wp-content/uploads/2013/03/Olira-Rodrigues.pdf>. Acesso em: 25 de jul.

SEVERINO, Antônio Joaquim, 1941. **Metodologia do trabalho científico** [livro eletrônico]. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia_do_Trabalho_Cient%C3%ADfico_-_1%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o_-_Antonio_Joaquim_Severino_-_2014.pdf. Acesso em: 20 ago. 2023.

SUPLINO, Marise. **Currículo funcional natural: guia prático para educação na área do autismo e deficiência mental**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Maceió, 2005.

TRILLA, Jaume. A educação não-formal. In: ARANTES, Valéria Amorim (Org.) **Educação formal e não-formal: Pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2008. p. 15-54

Autor 1:



Keren Passos dos Santos

Graduada em Pedagogia na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Campus de Jequié-BA.

E-mail: kerenpassossantos@gmail.com

Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/8460780047387626>>

Autor 2:



Bernardino Galdino de Sena Neto

Doutor em Educação pelo IFRN. Docente na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia do DCHL. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão e Práticas Educativas na Educação Escolar e Não-escolar - GEPE.

E-mail: bernardino.neto@uesb.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4998580508591308>